



# 30 militares julgados por corrupção em messes

Operação Zeus chega hoje a tribunal. Empresas sobrefaturavam bens alimentares à Força Aérea e distribuíam subornos



Bens fornecidos para refeições nas messes eram inflacionado em cerca de 30%

Nelson Morais  
justica@jn.pt

**PROCESSO** Está agendado para o hoje, no Tribunal de Sintra, o julgamento de 68 arguidos do processo de corrupção nas messes da Força Aérea Portuguesa, conhecido por "Operação Zeus". O major-general Raul Milhais Carvalho, que era responsável pela Direção de Abastecimento e Transporte da FAP, é um dos 30 militares que vão responder por crimes de corrupção passiva e falsificação de documento. Vão também ser julgados, por corrupção ativa e falsificação, 20 civis e 18 empresas que forneciam bens para messes da FAP situadas em Leiria, no Sul do país e nos Açores, e no Hospital das Forças Armadas, em Lisboa.

O proveito dos arguidos seria alcançado através da sobrefaturação dos fornecimentos em cerca de 30%. Ainda segundo o Ministério Público (MP), o montante do prejuízo causado ao erário público não foi apurado,

mas terá sido "significativamente superior a 2,5 milhões de euros".

A referida sobrefaturação seria feita de comum acordo com os militares arguidos, garantindo às empresas fornecedoras uma margem de lucro assinalável, que lhes permitia distribuir subornos, em dinheiro ou géneros. Daquele modo, os empresários também obtinham, de militares bem colocados, informação privilegiada sobre futuros concursos, que os beneficiava em relação a concorrentes.

Além do major-general Raul Milhais Carvalho, são arguidos, entre outros, dois coronéis, dois tenentes-coronéis, três majores, quatro capitães e vários sargentos. Seis dos militares chegaram a estar presos preventivamente. Já no rol de empresas e civis estão fornecedores de produtos alimentares.

**EMPRESA NÃO FOI AFASTADA** Uma das empresas que vai responder por corrupção ativa é a Pac & Bom, que abas-

## ACUSAÇÃO

### Hierarquia anula associação criminosa

**A acusação deduzida pelo Ministério Público no final de 2017 visava um total de 86 arguidos, por um rol de crimes que também incluía falsidade informática e associação criminosa. Mas, na fase de instrução, o juiz de instrução criminal Ivo Rosa não pronunciou 18 dos acusados e fez ainda cair aqueles dois tipos de crimes. Quanto à associação criminosa, considerou que os arguidos agiam enquanto tal, mas com base na hierarquia e cadeia de comando pré-existent.**

teceu as cantinas da PSP ao longo de 2018, como noticiou ontem o jornal "Público". Uma fonte da PSP citada pelo diário explicou que a empresa, sendo ainda só "mera suspeita", não podia ser impedida de celebrar contratos públicos. Já anteriormente, a Marinha percebeu que adjudicava um contrato a outra firma arguida e perguntou ao juiz Ivo Rosa se tinha aplicado medidas de coação impeditivas da adjudicação. O juiz respondeu que a lei não previa tal possibilidade.

O caso que chega hoje a julgamento, se não for adiado, foi investigado, em parceria, pela Polícia Judiciária civil e pela militar, contando com o trabalho de um agente encoberto. Trata-se de um oficial que foi aliciado a entrar na rede, mas denunciou esse facto superiormente e passou a andar infiltrado, entre 2015 e o final de 2016, tendo recolhido provas para o processo, de envelopes com dinheiro a gravações de conversas com corruptos. ●